TELEMEDICINA E ACESSO À SAÚDE EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Isis Jullia Stival Silveira[1]

Julia Aires Silveira[2]

Julia Lopes Teixeira[3]

Anna Julia Souza Fernandes[4]

Evelyn Borges Braga[5]

O avanço tecnológico ampliou as possibilidades de acesso à saúde, sendo a telemedicina um dos principais progressos nessa área. Caracterizada pelo fornecimento de cuidado médico à distância por meio de videochamadas e mensagens, essa modalidade ganhou destaque no contexto pós-pandêmico como estratégia para ampliar o acesso aos serviços de saúde, especialmente entre populações vulneráveis e residentes em áreas com limitada cobertura assistencial, favorecendo o diagnóstico precoce e a continuidade do tratamento de doenças crônicas. Sendo assim, o objetivo do trabalho é analisar as evidências científicas sobre o impacto da telemedicina na ampliação do acesso aos serviços de saúde em populações vulneráveis no Brasil. O estudo trata-se de uma revisão de literatura nas bases de dados LILACS, SciELO e BVS, com artigos publicados entre 2021 e 2026, em língua portuguesa, utilizando os descritores: telemedicina, acesso à saúde, populações vulneráveis e SUS.

As evidências demonstraram que a telemedicina já estava presente na prática médica antes da pandemia de COVID-19, mas foi nesse contexto emergencial que se expandiu significativamente, após regulamentação pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Modalidades como teleconsulta, telemonitoramento, telerregulação e teleorientação passaram a integrar os serviços de saúde, promovendo maior acesso a indivíduos residentes em áreas rurais, remotas ou em situação de vulnerabilidade social, além de reduzir custos e tempo de deslocamento. Os achados evidenciaram boa aceitação entre pacientes e profissionais. Entretanto, persistem desafios relevantes, como dificuldade de acesso à internet, exclusão digital, barreiras socioculturais, limitações relacionadas a deficiências dos usuários e impossibilidade de realização do exame físico completo em determinadas situações clínicas. Assim, compreende-se que a telemedicina constitui importante estratégia para ampliar e qualificar o acesso à saúde no Brasil, especialmente entre populações vulneráveis. Apesar dos benefícios demonstrados, sua efetividade ainda é limitada por barreiras estruturais, tecnológicas e sociais. São necessários investimentos em infraestrutura, inclusão digital e regulamentação para assegurar um cuidado ético, seguro e universal.

Palavras-chave: Telemedicina; Acesso à saúde; Populações vulneráveis; Sistema Único de Saúde; Telessaúde.

REFERÊNCIAS

CATAPAN, S. de C. et al. Teleassistência no Sistema Único de Saúde Brasileiro: onde estamos e para onde vamos? Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 7, 2024.

CHAGAS, M. E. V. et al. A Telemedicina está preparada para contornar as barreiras de implementação no Brasil? Experiências do TeleNordeste. [S. l.: s. n.], [s. d.].

FREIRE, M. P.; SILVA, L. G.; MEIRA, A. L. P.; LOUVISON, M. C. P. Telemedicina no acesso à saúde durante a pandemia de covid-19: uma revisão de escopo. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 57, supl. 1, p. 4s, maio 2023.

HADDAD, A. E. et al. Evolução da regulação brasileira de telessaúde: do Programa Nacional de Telessaúde ao SUS Digital. Revista de Direito Sanitário, São Paulo, 2025.

ROCHA, L. J. de A. et al. Validação de sistema de telemedicina de baixo custo para o Sistema Único de Saúde (SUS). BIS – Boletim do Instituto de Saúde, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 93-100, 2025.

SUZIN, J. B. A proteção dos dados sensíveis e a aplicabilidade da LGPD no âmbito da Telemedicina. 2021. Dissertação (Mestrado) – [Instituição], São Paulo, 2021.

TAQUES, T. I. et al. Expansão da Telessaúde na Atenção Primária à Saúde e as desigualdades regionais no Brasil. [S. l.: s. n.], 2023.

TORRES, A. E. A. et al. A transformação digital na Atenção Primária à Saúde: ensino, acessibilidade, desafios e oportunidades. Revista Nursing, São Paulo, 2025.